



RESOLUÇÃO Nº 0936/2013 - CR

Dispõe sobre julgamento do recurso interposto referente a débitos de Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – TRCF, **Termo de Lançamento nº 73/2012**, em nome da empresa **Rápido Goiás Ltda**, conforme processo nº **201200029007166**.

O Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011;

Considerando o disposto no inciso VIII, do art. 11, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e o inciso VIII, do art. 4º, do Decreto 7.755, de 29 de outubro de 2012, que estabelecem que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente, deverão ser por ele deliberados;

Considerando o que consta do processo, principalmente as manifestações técnica e jurídica, as quais são adotadas na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando o disposto art. 24 da Lei 13.569/1999, que instituiu a TRCF – Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos concedidos, permitidos ou autorizados, de competência do Estado de Goiás, que tem como fato gerador o exercício do poder de polícia, conferido à AGR pelo art. 1º desta Lei, bem como o exercício de regulação, controle e fiscalização, de que trata o § 2º do mesmo dispositivo;

Considerando que a empresa Rápido Goiás Ltda. interpôs recurso em tempo hábil, demonstrando seu inconformismo contra a decisão da **Câmara Setorial de Transportes, conforme Resolução nº 141/2013–CST**;

Considerando a decisão uniforme do Conselho Regulador, em reunião realizada no dia **26/06/2013**,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela **empresa Rápido Goiás Ltda**, mantendo a cobrança do **Termo de Lançamento - TRCF nº 73/2012**.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 05 dias do mês de julho de 2013.

José Duarte dos Santos
Conselheiro Presidente em Exercício

jacac/gesg